



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
PRESIDÊNCIA



# CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA CIDASC 2023

**Aprovação**

**Conselho de Administração: 25/04/2023**



## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Carta Anual de Governança Corporativa é instrumento emitido anualmente e subscrito pelo Conselho de Administração da Cidasc, com o fim específico de divulgação atualizada das atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico-financeiros, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração da Cidasc, conforme definido na Lei nº 13.303/2016. Conforme define o Artigo 8º da Lei nº 13.303/2016, a Carta Anual de Governança Corporativa deverá ter sua publicação na internet de forma permanente.

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, fundada em 27 de novembro de 1979, é empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o Estado de Santa Catarina.

O atendimento à população em todo o estado de Santa Catarina é realizado de forma descentralizada por meio de sua estrutura organizacional, que consiste em: Administração Central em Florianópolis, 19 Departamentos Regionais, 58 Postos de Fiscalização de Trânsito e 2 Laboratórios que prestam apoio às ações da Defesa Sanitária Animal.

### 1.1. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atribuições da Cidasc, definidas pela Lei Complementar nº 381, 07 de maio de 2007 e alteradas pela Lei Complementar nº 534/2011 e Lei Complementar nº 741/2019, em resumo são:

- a) Executar os serviços de defesa sanitária animal;
- b) Executar os serviços de defesa sanitária vegetal;
- c) Assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal - Serviço de Inspeção Estadual – SIE
- d) Promover e executar os serviços de fiscalização da produção vegetal;
- e) Promover e executar os serviços de classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;
- f) Prestar serviços laboratoriais em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

Em decorrência dessas atribuições, as receitas previstas para o exercício de 2023 estão abaixo elencadas:

Natureza da Receita	Valores previstos (LOA 2023)
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Animal	R\$ 1.650.000,00
Outras Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	R\$ 12.973,00
Remuneração de Depósitos Bancários Rec. Não Vinc.	R\$ 5.000,00

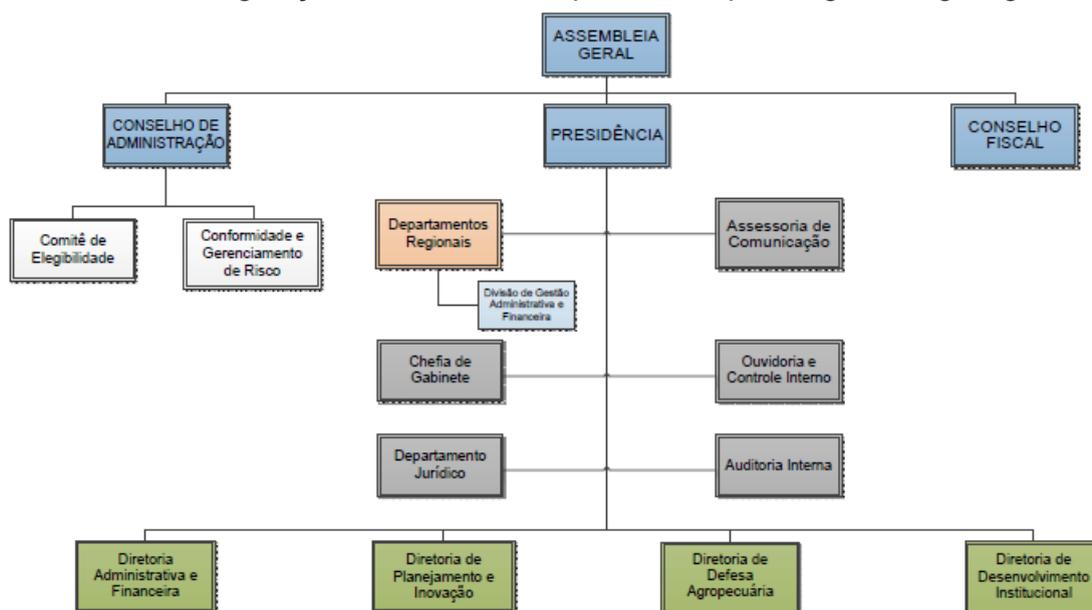


Serviços de Armazenagem	R\$ 3.082.378,00
Taxa de Fiscalização de Agrotóxicos	R\$ 1.349.135,00
Serviços de Inspeção de Produtos de Origem Animal	R\$ 172.907,00
Defesa Sanitária Vegetal	R\$ 5.000,00
Defesa Sanitária Animal	R\$ 3.788,00
Classificação de Produtos de Origem Vegetal	R\$ 951.634,00
Multas por Auto de Infração	R\$ 1.100.000,00
Recuperação de Despesas de Exerc. Anteriores	R\$ 700.000,00
Honorários Advocatícios - Poderes e Adm. Indireta	R\$ 50.000,00
Outras Indenizações - Poderes e Adm. Indireta	R\$ 2.000,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	R\$ 2.820.000,00
Taxa de Defesa Sanitária Vegetal	R\$ 997.346,00
Multas e Juros da Dívida Ativa de Outras Receitas - Poderes e Adm. Indireta	R\$ 350.000,00
Alienação de Bens Imóveis	R\$ 3.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$16.252.161,00</b>

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa representa uma forma de conduzir a empresa a partir de práticas e processos que visem sua integridade e desenvolvimento, buscando a sinergia entre todas as áreas da empresa para a condução de políticas públicas e prestação de serviços de interesse da sociedade.

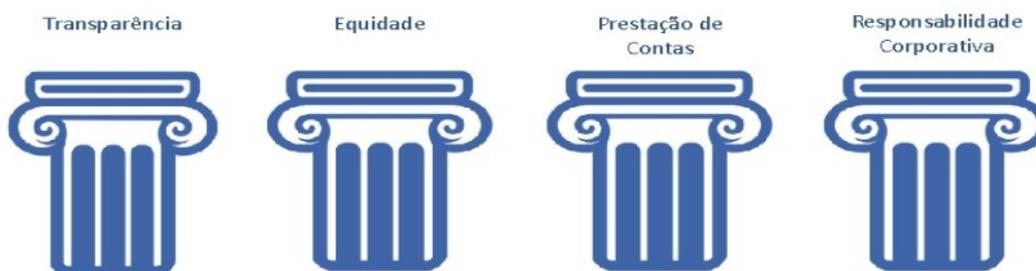
O nível estratégico da Cidasc é responsável pela busca permanente do aprimoramento do sistema de governança corporativa. O Regimento Interno da Companhia é o instrumento que regula formalmente a estrutura organizacional da Cidasc e sua configuração, atualmente, é representada pelo seguinte organograma:



### 3. POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

Como empresa pública, a Cidasc cumpre todos os requisitos estabelecidos pela lei 13.303/2016 e pelo decreto estadual nº 1.484/2018. A partir da estrutura administrativa da empresa, apresentada no organograma acima, a Cidasc implementou e mantém instrumentos de gestão, normas e políticas baseados nas melhores práticas de governança corporativa e seus quatro pilares Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC):

#### Pilares da Governança Corporativa - IBGC



**Transparência:** além de todas as exigências legais, a Cidasc dispõe de uma série de instrumentos de transparência que são publicados periodicamente, tais como:

- Demonstrações Financeiras;
- Divulgação da Remuneração dos Administradores;
- Carta Anual de Governança Corporativa;
- Relatório de Controle Interno;
- Parecer de Controle Interno;
- Certificado de Controle Interno;
- Relatório da Auditoria Interna.

**Prestação de contas:** ciente de sua missão dentro da sociedade catarinense, a empresa apresenta anualmente os resultados alcançados, valores investidos e metas para o(s) ano(s) seguintes através das publicações abaixo:

- Carta Anual de Políticas Públicas;
- Estratégias de Longo Prazo;
- Relatório de Gestão;
- Plano de Negócios Anual.

**Equidade:** relaciona-se ao dia a dia da empresa e o tratamento justo a todos os colaboradores independente do cargo ou função.

- Programa de Integridade e Compliance;
- Código de Conduta e Integridade;
- Regimento Interno.

**Responsabilidade Corporativa:** as ações da Cidasc estão diretamente relacionadas com os produtores rurais e a preocupação social é uma constante no dia a dia da empresa.



- Relatório de Sustentabilidade;
- Estatuto Social.

Esses documentos estão disponíveis no site da Cidasc no seguinte endereço:  
<http://www.cidasc.sc.gov.br/demostracoes-financeiras/>.

#### **4. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

O órgão máximo de tomada de decisão da Cidasc é a Assembleia Geral. A administração da Companhia é composta, ainda, pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, contando também com o Comitê de Elegibilidade.

##### **4.1 Assembleia Geral**

Conforme Estatuto Social da Cidasc, a Assembleia Geral é o órgão máximo da Cidasc, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e será regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, inclusive quanto à sua competência para alterar o capital social e o Estatuto Social da empresa, bem como eleger e destituir seus conselheiros a qualquer tempo, independentemente do tempo transcorrido de mandato.

##### **4.2 Conselho de Administração**

De acordo com o Estatuto Social da Cidasc, o Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada da empresa, sendo a representação da Companhia privativa dos diretores. O Conselho é composto por 4 membros indicados pelo Governo do Estado de SC, 1 membro escolhido por processo eleitoral devendo ser empregado efetivo da empresa, e o presidente da Cidasc que é membro nato sem direito a voto.

São algumas das competências do Conselho de Administração:

- Aprovar e monitorar decisões envolvendo práticas de governança corporativa;
- Implementar e supervisionar os sistemas de conformidade e gerenciamento de riscos;
- Promover análise de atendimento das metas e resultados alcançados;
- Fixar orientação geral dos negócios da empresa.

##### **4.3 Diretoria Executiva**

O Estatuto Social da Cidasc define a Diretoria Executiva como sendo um órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da empresa em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. Como algumas das principais competências principais da diretoria executiva, o estatuto da Cidasc traz:

- Aprovar e executar planos, programas, projetos e orçamentos;



- Apresentar ao Conselho de Administração relatório de atividades da empresa, acompanhado do balanço geral e das contas de resultado;
- Aprovar regulamentos, procedimentos administrativos e normas gerais de operação, preços e tarifas;
- Elaborar o planejamento da gestão de riscos empresariais;
- Cumprir e fazer cumprir o estatuto, as deliberações do Conselho de Administração e as recomendações do Conselho Fiscal e Comitê de Elegibilidade;
- Gerir as atividades da área de conformidade e gerenciamento de riscos.

#### **4.4 Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é órgão permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, conforme estabelece o estatuto da Cidasc. Compete ao Conselho Fiscal, entre outros:

- Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;
- Opinar sobre o relatório anual da administração;
- Opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, planos de investimento, orçamentos de capital, entre outros.

#### **4.5 Comitê de Elegibilidade**

Conforme o Estatuto Social da Cidasc, O Comitê de Elegibilidade é um órgão colegiado, independente, de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, que tem por finalidade, entre outras, a de verificar a conformidade do processo de indicação e avaliação de membros indicados para compor o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva da Empresa, com competência para auxiliar o governo do estado na indicação.

### **5. ESTRUTURAS DE CONTROLE**

A Cidasc tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os princípios que regem a administração pública e para isso conta com Sistema de Controle Interno atuando nas 3 (três) linhas de defesa.

A primeira linha de defesa é composta pelos responsáveis por monitorar e controlar os processos de trabalho dentro dos seus setores de atuação. Cada responsável de área/atividade faz parte da primeira linha de defesa no Sistema de Controle Interno.

A segunda linha de defesa é composta por funções de gestão de risco e de conformidade. Essas funções, que também estão submetidas ao controle e direção da alta administração, são implementadas para garantir que os controles e os processos de gerenciamento de riscos executados pela primeira linha de defesa funcionem de acordo com o estabelecido, principalmente por meio do monitoramento contínuo.



A Auditoria Interna na função de aferir os controles internos e a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança compõe a terceira linha de defesa do Sistema de Controle Interno da companhia.

## 5.1. CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA

O Departamento de Controle Interno e Ouvidoria (CIOUV) é uma unidade vinculada diretamente à Presidência da Cidasc, tendo como órgão orientador a Controladoria Geral do Estado de Santa Catarina - CGE.

O CIOUV tem a missão de trabalhar em harmonia com os demais departamentos da companhia, auxiliando na melhoria de processos, propondo aprimoramento nas normativas e regulamento internos, criando controles adequados para prevenção de erros e monitorando os procedimentos administrativos. Cabe ainda ao CIOUV dar suporte à direção da Companhia na tomada de decisão e ser o fomentador da cultura da integridade e conformidade da Companhia. Compete ao CIOUV:

I – Analisar os procedimentos de controle com independência e objetividade, propondo medidas corretivas quando esses forem inexistentes ou se revelarem vulneráveis;

II – Emitir recomendações para a melhoria da gestão e dos processos da Companhia, indicando medidas capazes de evitar ou corrigir erros, omissões ou improbidades verificadas em quaisquer demandas recebidas;

III – Propor normatização, sistematização e padronização de procedimentos de controle, bem como fornecer subsídios para o aperfeiçoamento de normas e procedimentos;

IV – Programar, coordenar, orientar e executar atividades relacionadas com o controle interno, bem como monitorar a implantação das recomendações;

V - Coordenar, orientar e responder as críticas, sugestões, denúncias e reclamações recebidas pela Ouvidoria Geral do Estado, orientando os gestores das áreas competentes da empresa;

VI – Assessorar a Diretoria, quando solicitado, nos assuntos estratégicos relacionados às informações recebidas;

VII - Emitir instruções e manter estreito contato com os empregados da Companhia e o público externo, orientando os aspectos relacionados à Ouvidoria e garantindo a disponibilização de meios de comunicação adequados para o contato;

VIII - Mediar conflitos e atuar na facilitação de diálogos, promovendo a conciliação na resolução de conflitos entre a sociedade e órgãos, entidades e/ou empregados da Companhia;

IX – Registrar, acompanhar e controlar os prazos de instauração e conclusão das tomadas de contas especiais, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares;

X – Cientificar tempestivamente o dirigente máximo e o conselho de administração ou equivalente, sobre a existência de falhas ou ilícitos de seu conhecimento que sejam caracterizados como irregularidade ou ilegalidade;



XI – Obedecer à legislação vigente referente às atividades do Controle Interno e Ouvidoria;

XII - Agir em defesa imparcial do interesse público e prestar um atendimento cordial a todos os usuários;

XIII - Produzir dados, informações e elaborar relatórios correlatos à atividade de Controle Interno e Ouvidoria;

XIV – Promover políticas de gestão de transparência e dados abertos;

XV – Dar ampla e efetiva divulgação das formas de acesso e utilização dos canais de denúncias do Código de Conduta e Integridade;

XVI - Desenvolver outras atividades correlatas às funções de Controle Interno e Ouvidoria.

### Recomendações expedidas

Em 2022, foram expedidas as seguintes recomendações e providências adotadas no exercício pelo Controle Interno:

Recomendação	Setor responsável pela implementação	Providências adotadas	Resultado obtido
Implantação de sistema eletrônico para controle da jornada de trabalho (ponto)	Diretoria Administrativa e Financeira e Presidência	Realizado a contratação da empresa responsável pela disponibilização do sistema eletrônico de controle de jornada de trabalho.	Implantação do sistema eletrônico de controle de jornada de trabalho em fase final.
Adequação às regras da Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13709/18	Presidência	Nomeado encarregado da LGPD e política de proteção de dados elaborada	Processo da implantação da LGPD em andamento.
Instalação de Câmeras de monitoramento em todos os postos de fiscalização para segurança patrimonial e dos empregados	Diretoria Administrativa e Financeira	Avaliação do modelo de implantação do sistema de monitoramento dos postos de fiscalização	Avaliação em andamento
Criação de regulamento interno para eleição dos representantes dos empregados no Conselho de Administração e Diretoria	Presidência	Apresentada a Presidência a necessidade de criação do regulamento interno para a eleição dos representantes dos empregados. Proposta sendo avaliada.	Avaliação em andamento
Implantação do Programa de Integridade e Compliance	Presidência	Apresentado a Presidência o programa criado e aprovado para o ano exercício de 2023	Processo da implantação do Programa de Integridade e Compliance em andamento.



## Ouvidoria

O objetivo da Ouvidoria da CIDASC é desempenhar o papel de mediador entre o cidadão e a empresa. O trabalho realizado pela Ouvidoria da CIDASC se pauta pelos princípios básicos da Administração Pública, além do princípio da Proteção ao Denunciante, garantido que não haja qualquer tipo de retaliação aos autores das demandas de ouvidoria.

O cidadão exerce seu direito de manifestação, através do canal de Ouvidoria, podendo registrar sua solicitação, reclamação, denúncia, pedido de acesso a informação, sugestão e elogio.

No ano de 2022 foram realizados 378 atendimentos através do canal de ouvidoria:

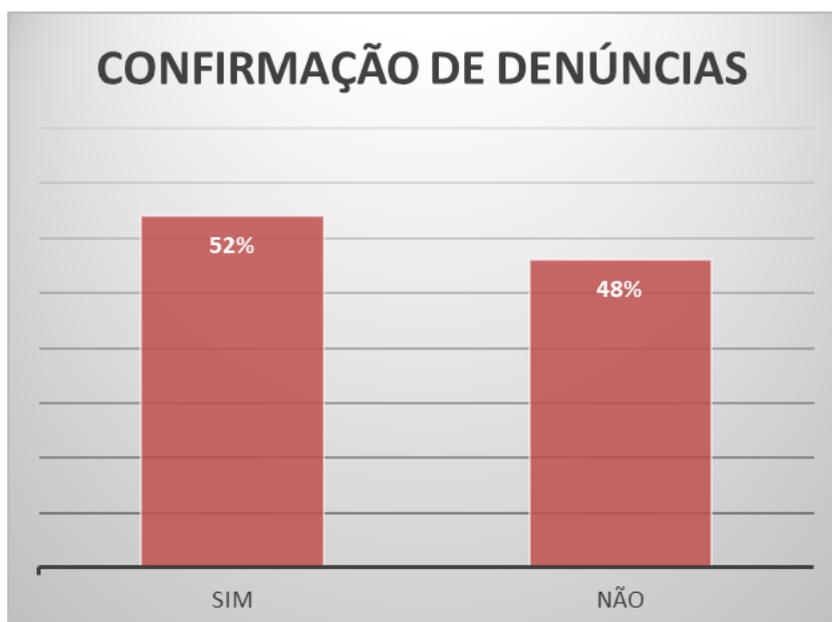
TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE
Demandas Externas	285
Demandas Interna - Cidasc	92
Elogios	1

Dos principais tipos de manifestações externas, destacam-se demandas referentes a irregularidades na identificação e transporte de bovinos, falhas na garantia do bem-estar animal, irregularidades em agroindústrias, entre outras questões diretamente ligadas à atuação técnica da empresa. Nesse sentido, a ouvidoria representa uma importante ferramenta de vigilância sanitária, sendo mais um canal de comunicação da Cidasc para com a sociedade.

Dentre as manifestações de Ouvidoria, a maior parte concentrou-se na área da Defesa Sanitária Animal (DSA), representando cerca de 46,5% do total, seguida pela área Administrativa com 24,5% das manifestações recebidas.



Do total de demandas que resultaram algum tipo de fiscalização, conforme demonstra o gráfico abaixo, cerca de 52% (cinquenta e dois) se mostraram procedentes ou parcialmente procedentes.



#### Programa de Integridade e Compliance

Em 2022, foi elaborado o Plano de Integridade da Cidasc em parceria com a Controladoria Geral do Estado - CGE/SC. A implementação está alicerçada no cumprimento dos objetivos definidos pela Lei estadual nº 17.715/2019, relativo ao Programa de Integridade e Compliance da Administração Pública nos órgãos e entidades do Estado de Santa Catarina.

A realização do Plano de Integridade pretende fomentar a cultura do compliance dentro das organizações públicas através do fortalecimento das estruturas de controle



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
PRESIDÊNCIA



e da promoção de ações preventivas a fim de dificultar comportamentos antiéticos de gestores e colaboradores.

Neste processo foram levantados os principais riscos de integridade, que serão monitorados pela empresa nos próximos anos, através da metodologia proposta pela CGE/SC que possibilitou a participação de todos os colaboradores.



TABELAS DE MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DOS RISCOS E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE					
ITEM	MEDIDAS	PRAZO (meses)	ÁREA RESPONSÁVEL	DEPARTAMENTO CONSULTIVO	APROVADOR
Risco 01	Orientação aos empregados quanto a identificação e comunicação (informar o canal adequado) das ocorrências de pressões internas/externas	6	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	-	PRESIDÊNCIA
RISCO 02	Plano de Treinamento e ampla divulgação do Código de Conduta e Integridade	6	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Treinamento para Gestores focado no tema assédio moral e abuso de poder	6	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
RISCO 03	Treinamento ao Gestores sobre Gestão de Pessoas e Resolução de Conflitos	6	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Disponibilização de uma pessoa especializada para dar apoio aos gestores nos casos de conflitos	6	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
RISCO 04	Criação do curso de formação de gestores (Previsto no Plano Gerencial)	12	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
RISCO 05	Revisão do processo de avaliação de desempenho. Pontos a verificar: Intervalo entre o período avaliado e a avaliação; avaliadores; avaliação dos gestores pelos subordinados; itens avaliados.	12	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Criação de treinamento e manual de aplicação de feedbacks	12	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Criação de sistema de análise dos dados (BI) das avaliações realizadas por todos os empregados	12	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Revisão e implementação da política de maturidade funcional	12	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
RISCO 06	Atualização das normas disciplinares - Objetivo: otimização do processo de apuração de desvios de conduta	6	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	GESTÃO DE PESSOAS - JURÍDICO	PRESIDÊNCIA
RISCO 07	Revisão e/ou Criação dos Manuais e normativas dos procedimentos de cada área (DEGEP/DEGEF/DEOCO/DEPAT)	12	PLANEJAMENTO	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA - GESTÃO DOCUMENTAL	PRESIDÊNCIA
	Criação de Plano Anual de Treinamento a todos os empregados que executam rotinas administrativas	6	GESTÃO DE PESSOAS	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
RISCO 08	Criação de regulamento/manual de utilização de veículos da CIDASC	6	PATRIMÔNIO	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Criar plano para manutenção de identificação da frota (adesivos)	6	PATRIMÔNIO	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	PRESIDÊNCIA
	Colocação de adesivos com informação da Ouvidoria do Estado em todos os veículos da Frota	6	PATRIMÔNIO	CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA - COMUNICAÇÃO (ASCOM)	PRESIDÊNCIA

O acompanhamento do programa será realizado pela Comissão de Integridade e Compliance juntamente com o corpo diretivo da empresa.



## 5.2. AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações da organização, por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco, controle interno, integridade, governança e da confiabilidade dos processos de preparo das demonstrações financeiras. Deve estar livre de interferências para exercer suas responsabilidades.

A Auditoria Interna, com rígida prestação de contas acerca da confidencialidade e salvaguarda de registros e informações, está autorizada ao acesso completo, livre e irrestrito a todas as áreas, dependências, instalações, bens, títulos, documentos, valores e sistemas informatizados pertinentes aos processos a serem auditados. As pessoas que atuam nos processos sob avaliação devem colaborar com a Auditoria Interna no cumprimento de suas responsabilidades.

A autoridade da Auditoria Interna se restringe a obter informações, apurar fatos, relatar e recomendar providências, cabendo aos responsáveis pelas atividades auditadas realizarem as adequações pertinentes e demais tomadas de ações necessárias. Compete à Auditoria Interna:

- I - Aferir a adequação do controle interno da empresa;
- II - Aferir a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança;
- III - Aferir a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;
- IV - A conformidade de todos os sistemas que podem ter impacto significativo na organização;
- V - Os meios de salvaguardar os ativos e, conforme apropriado, verificar a existência de tais ativos;
- VI - Verificar eficácia e a eficiência com que os recursos são utilizados;
- VII - Verificar a consistência dos resultados com as metas e objetivos previamente estabelecidos;
- VIII - Verificar condução das operações em consonância com o planejado;
- IX - Demais operações específicas, demandadas pela Diretoria Executiva ou Conselho de Administração.
- X - A auditoria Interna poderá se reportar diretamente ao Conselho de Administração em situações que haja a suspeita de envolvimento do Diretor-Presidente em irregularidades ou quando este se furtar à obrigação de adotar as medidas necessárias em relação à situação a ele relatada.

No período de janeiro a dezembro de 2022, executou atividades de sua competência, acompanhando cronograma constante no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, aprovado pela Presidência da CIDASC. Ao todo, foram produzidos 19 (dezenove) novos relatórios de auditoria, além da conclusão/monitoramento de relatórios iniciados em 2022 e anos anteriores e do atendimento às demandas internas



e externas. Durante todo o ano de 2022, a chefia da Auditoria Interna ficou a cargo do empregado Alexandre de Oliveira Dias.

### **Auditorias realizadas em Departamentos Regionais**

A Auditoria Interna realiza trabalho presencial junto aos Departamentos Regionais e tem como objetivo a verificação dos procedimentos adotados pelas áreas Financeira e Administrativa. Além dos Departamentos Regionais foram visitados 39 (trinta e nove) escritórios locais e 14 (quatorze) barreiras sanitárias. Durante a visita da Auditoria Interna aos Escritórios Locais e Barreiras Sanitárias, além da verificação dos itens já previstos, é vistoriada toda a estrutura física buscando verificar se a mesma oferece condições de trabalho adequadas para os empregados da CIDASC.

Durante a realização da auditoria são verificados os seguintes pontos: Equipe de Trabalho, Estagiários, Ficha de Ponto, Frequência, Banco de Horas, Patrimônio, Veículos, Almoxarifado e Estoque. Dos processos de Auditoria listados abaixo somente o do DR de Tubarão ainda está na fase de tramitação, os demais foram arquivados por não haver pendências na parte do trabalho realizada pela Auditoria Interna, restando somente questão patrimoniais sendo tratadas diretamente com a Supervisão Estadual de Patrimônio - SEPAT da CIDASC e acompanhado pela Auditoria Interna.

Abaixo segue a relação dos Departamentos Regionais que foram auditados:

1. PROCESSO Nº 0076/2022 – Auditoria DR de Rio do Sul;
2. PROCESSO Nº 2422/2022 – Auditoria DR de São Lourenço do Oeste;
3. PROCESSO Nº 3509/2022 – Auditoria DR de Criciúma;
4. PROCESSO Nº 3775/2022 – Auditoria DR de Joaçaba;
5. PROCESSO Nº 7550/2022 – Auditoria DR de Tubarão.

### **Monitoramento de Receitas**

O trabalho tem como objetivo verificar a regularidade do pagamento da taxa de fiscalização zoonosológica de eventos agropecuários (exposições, feiras, leilões, rodeios e outros eventos com aglomeração de animais) cadastrados no sistema Sigen+ e ocorridos no exercício de 2022.

Ao todo foram cadastrados no SIGEN+ 866 (oitocentos e sessenta e seis) eventos durante o ano de 2022, dos quais 36 (trinta e seis) foram cancelados. Após levantamento inicial foram identificados 48 (quarenta e oito) eventos com a taxa de pagamento pendente, sendo que após o encaminhamento desta informação para os Departamentos Regionais, 46 (quarenta e seis) eventos tiveram a situação regularizada. Após encerradas as tratativas, os 02 (dois) eventos que restaram pendentes foram encaminhados para a Diretoria da empresa para resolução.

1. PROCESSO Nº 1296/2022 – Taxa de Eventos.



## **Gestão Patrimonial**

O presente trabalho compõe o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna de 2022 e tem como objetivo verificar, em sua totalidade, a regularidade dos bens patrimoniais quanto a sua localização e estado de conservação sob a responsabilidade dos Departamentos Estaduais.

Nos processos 806/2022 e 885/2022 todos os bens foram localizados, havendo necessidade apenas de transferência de alguns bens que se encontravam em centro de custo diverso. O processo 1165/2022 se encontra ainda com o DEGEP para providências, considerando que durante o processo de Auditoria 04 (quatro) itens não foram localizados.

Segue a relação dos Departamentos Estaduais auditados:

1. PROCESSO Nº 0806/2022 – Patrimônio Controle Interno;
2. PROCESSO Nº 0885/2022 – Patrimônio DEPLA;
3. PROCESSO Nº 1165/2022 – Patrimônio DEGEP.

## **Monitoramento de Diárias**

Esse trabalho tem como objetivo verificar, por amostragem, a regularidade na concessão de diárias para os empregados dos Departamentos Regionais, e as respectivas prestações de contas. Ao todo foram analisadas 195 (cento e noventa e cinco) prestações de contas, das quais 39 (trinta e nove) apresentaram alguma inconsistência.

Após tratativas com os Departamentos Regionais foram solucionadas as inconsistências apontadas em 35 (trinta e cinco) prestação de contas, restando somente 04 (quatro) prestação de contas com inconsistências.

Abaixo segue a relação dos Processos de Auditoria referentes ao tema:

1. PROCESSO Nº 0672/2022 – Diárias DR de Concórdia;
2. PROCESSO Nº 2908/2022 – Diárias DR de Blumenau;
3. PROCESSO Nº 3981/2022 – Diárias DR de Itajaí;
4. PROCESSO Nº 7730/2022 – Diárias DR de Canoinhas;
5. PROCESSO Nº 7817/2022 – Diárias DR de São Joaquim;
6. PROCESSO Nº 7895/2022 – Diárias DR de Lages;
7. PROCESSO Nº 8142/2022 – Diárias DR de Mafra;
8. PROCESSO Nº 8157/2022 – Diárias DR de Xanxerê;
9. PROCESSO Nº 8205/2022 – Diárias DR de São Lourenço do Oeste;
10. PROCESSO Nº 8229/2022 – Diárias DR de Campos Novos.

Cabe destacar, que além dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do ano de 2022, a Auditoria Interna, quando convocada, prestou apoio e subsídios a diversos clientes internos, sempre buscando contribuir com tomada de decisões e soluções para demandas a ela postuladas. Importante informar que todos os processos de



auditoria de 2022 foram cadastrados e tramitados via SGP-e, atendendo a Resolução de Diretoria nº 02/2018.

## 6. FATORES DE RISCO À ATIVIDADE

Para manter e fortalecer o agronegócio catarinense, auxiliando na geração de competitividade para a cadeia produtiva e qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, faz-se necessário uma estrutura de Defesa Agropecuária qualificada, em sintonia com os requisitos mundiais e com suas ações respaldadas pela legislação.

Por ser uma empresa pública economicamente dependente dos recursos do governo, vinculada à uma Secretaria de Estado e com convênios com diversas entidades externas, o nível de autonomia de ação da Cidasc é, em partes, limitada. Além disso, o trabalho executado é preventivo e fiscalizatório, o que dificulta a compreensão completa dos impactos negativos de um possível incidente sanitário. Desta forma, existem incertezas relacionadas ao negócio da empresa; a análise da criticidade e priorização das ameaças identificadas na análise ambiental estão elencadas abaixo:

Risco/Ameaça identificada	Probabilidade de ocorrência (A)	Impacto (B)	Criticidade do risco (A x B)
Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária	5	4	20
Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário	1	5	5
A falta de compreensão dos produtores rurais frente a atuação de fiscalização da Cidasc	3	4	12
Ingerência política	2	3	6
Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado	4	5	20
Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc	1	3	3

### Notas:

<b>(A) = PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA</b>	<b>(B) = IMPACTO</b>
Muito Rara (0-10%) = Peso 1	Muito pequeno = Peso 1
Rara (10-20%) = Peso 2	Pequeno = Peso 2
Possível (20-45%) = Peso 3	Médio = Peso 3
Provável (45-75%) = Peso 4	Grande = Peso 4
Muito provável (>75%) = Peso 5	Muito Grande = Peso 5

### **(A x B) = CRITICIDADE DO RISCO**

Varia de 1 a 25, sendo quanto maior, mais crítico e prioritário o risco/ameaça



## Priorização dos riscos:

Riscos prioritários	Grau de prioridade para ação	Grau de Controle (GC)	Plano de Ação (mitigar risco previamente ou contingência caso ocorra)	Monitoramento do risco (indicadores/ relatórios/...)
Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária	1º	25%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Revisão da legislação de defesa agropecuária e entrega de minuta para poder legislativo;</p> <p>Defesa das minutas de legislação apresentadas à Assembléia Legislativa, de modo a não permitir a precarização das legislações e, por consequência, comprometer o trabalho desenvolvido pela Companhia;</p> <p>Revisão da legislação de agrotóxicos e sementes e mudas;</p> <p>Criação de legislação estadual sobre Inspeção Vegetal,</p>	<p>Existência ou não de revisão da legislação;</p> <p>Aprovação de nova legislação.</p>
Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário	2º	70%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Fortalecimento da estrutura de educação sanitária e fiscalização de trânsito e ampliar o efetivo humano.</p> <p><u>Contingência:</u> Aplicar planos de contingência elaborados pelas áreas técnicas.</p>	<p>Incidência de doenças e/ou pragas;</p> <p>Manutenção e ampliação de status sanitários e fitossanitários</p>
A falta de compreensão dos produtores rurais e representantes legais das agroindústrias	3º	70%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Ampliar as ações de educação sanitária;</p> <p>Campanhas em mídias sociais de conscientização da população por meio de articulação entre Cidasc/SAR/SECOM</p> <p><u>Contingência:</u> Análise de resultados de questionários aplicados</p>	<p>% de reincidência de infrações;</p> <p>Aplicação de questionários específicos</p>
Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da	4º	25%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Busca de diversificação de receitas para custear a Defesa Agropecuária (convênios, SC Rural, FRBL, FDR, tesouro do Estado, ...)</p>	<p>Acompanhamento da arrecadação e do repasse de recursos por parte do tesouro do Estado;</p>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA  
PRESIDÊNCIA



empresa pelo Tesouro do Estado			<u>Contingência:</u> Articulação da diretoria executiva para garantir a estabilidade de repasses, com fonte perene de recursos do Governo do Estado para a Cidasc	Proposta e acompanhamento de proposta que possa resguardar, de forma perene, o repasse de recursos à Cidasc
Ingerência política	5º	25%	Articulação entre entes que podem ser afetados (agroindústrias, federações, associações representativas do agronegócio)	Verificação do impacto das decisões nas ações da defesa agropecuária
Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc	6º	25%	<u>Mitigar o risco:</u> Fortalecimento da estrutura da Cidasc, com ampliação das ações de fiscalização e auditoria	Controle da Incidência de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs);  Manutenção e ampliação de controles por meio de análises laboratoriais

**Notas: (GC) = % de controle/ poder de ação que a Cidasc tem sobre a alteração da situação em que o risco se faz presente.**



## 7. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS, COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO E META PARA 2023

Com relação ao atingimento das metas constantes no Acompanhamento Físico-Financeiro das ações da Cidasc, no ano de 2023, elencam-se os seguintes dados:

440022 - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina S/A				Meta Física 2022			Meta Financeira 2022		Meta Física 2023
Objeto de Execução / Produto e Unidade de Medida / Período Início	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%	Previsto		
Fiscalização nos estabelecimentos sob inspeção permanente e periódica (Estabelecimento inspecionado unidade)	1.800	2.930	162%	1.234.100,00	2.414.038,61	196%	1.800		
Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras.	6.000	7.230	121%	3.909.237,00	3.529.947,23	90%	6.000		
Classificação de produtos de origem vegetal (Produto agrícola classificado tonelada)	330.000	260.683	79%	894.394,00	198.003,31	22%	330.000		
Fiscalização de propriedades rurais (Estabelecimentos e propriedades fiscalizadas unidade)	18.000	23.920	133%	6.998.300,00	21.414.353,40	306%	18.000		
Educação Sanitária (pessoas capacitadas)	1.400	1.200	86%	241.138,00	3.335,02	1,4%	-		

### 7.1 Fiscalização em estabelecimentos, auditorias, ações de combate a clandestinidade e colheita de amostras (Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal)

O Departamento Estadual de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DEINP- que registra e fiscaliza os estabelecimentos sob o Serviço de Inspeção Estadual - SIE, contribui ativamente com ações direcionadas à segurança e qualidade dos produtos de origem animal, que devem obrigatoriamente ser submetidos à inspeção sanitária.

Em 2022, foram inscritas 25 novas agroindústrias no Serviço de Inspeção Estadual. Além disso, 38 estabelecimentos aderiram ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI), selo que permite que as agroindústrias catarinenses comercializem seus produtos em todo território nacional. Ao todo, 484 agroindústrias encontram-se registradas e ativas no SIE, 110 destas também aderidas ao SISBI. Da mesma forma, os pequenos produtores puderam solicitar à Cidasc o Selo ARTE, que valida produtos genuinamente artesanais e característicos das regiões catarinenses para venda em qualquer parte do Brasil. Foram concedidos 38 novos Selos ARTE em 2022, totalizando 62 certificações realizadas pelo DEINP.

Visando assegurar a saúde única (das pessoas, dos animais e do meio



ambiente), em 2022 foram realizadas mais de 2.350 fiscalizações e mais de 7.000 análises laboratoriais de produtos de origem animal e água. Válido também destacar que o DEINP ofereceu cursos de capacitação gratuitos para treinar os profissionais atuantes na área de alimentos, vinculados ao setor agropecuário. Ao longo do ano, foram ofertadas 47 turmas, totalizando 13 diferentes cursos de capacitação e 8.594 participantes inscritos.

Objetivando melhorar a qualidade do rebanho bovino de Santa Catarina e incrementar a renda do produtor rural catarinense, foram repassados por meio de incentivo financeiro, R\$ 19.143.137,45 à 6.331 UEPs (Unidades de Exploração) de produtores rurais cadastrados no Programa Novilho Precoce.

Em 24 de agosto de 2022, o DEINP fez o lançamento do Projeto Piloto - Execução de Inspeção e Fiscalização por Profissionais da Cidasc Mediante Implantação de Equipes Oficiais de Inspeção - que visa a criação de um novo modelo de inspeção no SIE, pautado em critérios técnico-científicos. As equipes serão coordenadas pela Cidasc e compostas por médicos veterinários, médicos veterinários de apoio e auxiliares de inspeção. O projeto já tem a adesão de 8 abatedouros frigoríficos de diferentes regiões do Estado e envolve o abate de aves, bovinos e suínos. Este projeto contribuirá para a garantia e manutenção da saúde única e proporcionará o aprimoramento dos processos e dos procedimentos, o fortalecimento do SIE, a ampliação de mercados e o desenvolvimento econômico e social do Estado.

## **7.2 Fiscalização de unidades de produção, consolidação, monitoramento de pragas (inspeções), fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas) e coletas de amostras. (Departamento Estadual de Defesa Sanitária Vegetal)**

O sistema de Defesa Sanitária Vegetal constitui-se num trabalho estratégico e sistemático de monitoramento, vigilância, inspeção e fiscalização da produção, do comércio e do trânsito de vegetais ou produtos desta origem que possam ser veiculadores de pragas.

A Cidasc por meio do seu Departamento de Defesa Sanitária Vegetal realizou em 2022 mais de 1.038 inspeções de pragas, 2.164 monitoramentos de armadilhas, 862 coletas de amostras para diagnose fitossanitária, 542 fiscalizações de vazio sanitário e fiscalizações em todo o estado, com atenção especial às 5.116 unidades de produção inscritas no processo de certificação fitossanitária, para garantir a manutenção de status livre de pragas como *Cydia pomonella*, Fogo Bacteriano das rosáceas, Moko da bananeira e Cancro da Videira. Esse processo possibilitou a comercialização de produtos como maçãs, bananas e uvas para outros estados e países, sendo o trânsito dessa produção possível com a emissão de 74.021 permissões de trânsito vegetal no ano de 2022.

Outra área de destaque na Cidasc é o e-Origem, atingindo 5.735 produtores, com incremento de 9% no ano. A atuação da Cidasc no que diz respeito aos agrotóxicos é destaque no cenário estadual. Em 2022, foram realizadas 1.995 fiscalizações de comerciantes, usuários e profissionais, por meio



das quais a Companhia visa garantir à sociedade que estes produtos sejam utilizados de forma segura. No Programa Estadual de Controle e Monitoramento de Resíduos de Agrotóxicos foram coletadas 776 amostras de monitoramento e para fins fiscais de produtos de origem vegetal, abelhas e insumos agrícolas neste ano, sendo que índice de conformidade foi de 88,69%, menor patamar da história. Em relação ao controle externo de qualidade de sementes no ano de 2022, informamos que 408 amostras foram realizadas, sendo obtido o índice de 74,26% de aprovação. Comparado com 2021, representa uma melhora de 11,72% no índice. Além das atividades de rotina já destacadas, temos como destaques de 2022:

- A melhoria na metodologia de levantamento fitossanitário permitiu a detecção do Huanglongbing (HLB), praga quarentenária até então não registrada em nosso território. Com a recente detecção, novas orientações serão repassadas aos citricultores do estado através de ações coordenadas em parceria com Epagri e setor produtivo;
- A retomada do programa estadual de controle da Vespa da Madeira (*Sirex noctilio*): Com repasse de recursos de emenda parlamentar foram adquiridos 3 drones e formalizado contrato de fornecimento de produto biológico para o controle da vespa da madeira, uma das principais pragas que atacam os reflorestamentos de pinus em SC;
- O diálogo e argumentações técnicas foram as estratégias na sensibilização de fabricantes de agrotóxicos para a retirada voluntária dos agrotóxicos à base do princípio ativo Clomazone na forma de concentrado emulsionável. Com a medida, os acidentes com derivas deste tipo de produto reduziram sensivelmente em 2022;
- O aplicativo Conecta Cidasc levou a mobilidade dos tablets para o dia a dia das atividades de campo da defesa sanitária vegetal, refletindo em mais qualidade nos serviços realizados e mais produtividade;
- As novas ferramentas de Business Intelligence (BI) permitiram analisar os milhares de receituários agrônômicos e operações comerciais dos agrotóxicos no estado, permitindo identificar anomalias, pontos críticos e, de forma inteligente, definir estratégias de fiscalização;
- Operações conjuntas com a Polícia Militar (CAOAGRO, DEIC e DIC) no combate ao comércio ilegal de agrotóxicos irregulares.

### **7.3 Classificação de Produtos de Origem Vegetal (toneladas)**

No ano de 2022, a Divisão Estadual de Classificação certificou mais de 271 mil toneladas de produtos de origem vegetal com padrões oficiais estabelecidos por portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Comparado com 2021 tivemos aumento de 19,76 % no número de certificados de classificação emitidos pela Cidasc. Mais de 40% do volume classificado é de arroz, de diferentes tipos, seguido pelas cargas de cebola e feijão.

A Cidasc realiza o acompanhamento da comercialização de Tabaco em folha nos pontos de compra em todo o Estado de Santa Catarina através da Divisão de Classificação, disponibiliza classificadores devidamente habilitados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento – MAPA, para fazer o



acompanhamento nos pontos de compra de tabaco das empresas fumageiras, atuando como mediadores entre a indústria e o produtor quando houver divergência comercial, seguindo o instruído que estabelece a Instrução Normativa – Instrução Normativa MAPA n.º 10/2007, que regulamenta a Identidade, qualidade, embalagem, marcação e apresentação do Tabaco em folha Curado. Em 2022, foram realizados mais de 900 atendimentos nos pontos de compra localizados nos seguintes municípios: Araranguá, Sombrio, Pouso Redondo, Rio do Sul, Ituporanga, Lontras, Timbó, Canoinhas, Papanduva, Itaiópolis e Pinhalzinho, esta atividade é executada através de contrato de prestação de serviços firmado entre Cidasc e Associação de Fumicultores do Brasil - AFUBRA.

O Selo de Conformidade Cidasc é outra atribuição da divisão de classificação tem como seu principal objeto, implantar o Sistema de Gestão da Segurança dos Alimentos - SGSA e validar o SGSA, adequar os processos de produção/fabricação de alimentos de origem vegetal com base na legislação sanitária e oferecer condições para melhoria contínua, ser referência para as pequenas e médias empresas do agronegócio e agrofamiliares, melhorando assim as condições do nosso agronegócio, no ano de 2022 contamos com 17 empresas certificadas e 12 em processo de certificação inseridas no programa em diversas regiões do estado, no ano de 2022 tivemos 2 empresas certificadas.

#### **7.4 Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de animais e produtos de origem animal (Departamento Estadual de Defesa Sanitária Animal)**

A Defesa Sanitária Animal é um conjunto de atividades de Estado voltadas ao interesse da segurança agro-sanitária, cujos objetivos gerais podem ser resumidos em preservação da sanidade da produção animal, da saúde pública e do meio ambiente, do fortalecimento da economia e da promoção do bem-estar social ao contribuir para a contínua melhoria na condição agro-sanitária catarinense, visando agregar valor e acessar mercados consumidores internos e externos. Atualmente, Santa Catarina é reconhecida internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde Animal – OMSA, como Área Livre de Febre Aftosa sem vacinação e de Zona Livre de Peste Suína Clássica, além de possuir a menor prevalência nacional de Brucelose e a segunda menor de Tuberculose. Em relação a essas duas últimas doenças, importantíssimas para saúde pública, a CIDASC possui o propósito desafiador de erradicá-las de seu rebanho e vem desenvolvendo atividades de vigilância ativa para atingir esse objetivo. Em 2022 foram realizados 1.063.230 exames em bovinos e bubalinos para identificação da presença de brucelose e tuberculose em rebanhos catarinenses.

As ações de fiscalização da Cidasc também possuem finalidade educativa, onde se faz a orientação sobre a legislação sanitária. As abordagens destacam a importância das medidas para preservar o status sanitário diferenciado que Santa Catarina conquistou e as oportunidades de negócio geradas. As fiscalizações realizadas pela Defesa Sanitária Animal somaram 556.662 em 2022. Ainda, 1.598 notificações de suspeitas de doenças diversas foram atendidas.



Para um efetivo monitoramento e prevenção de doenças, a Cidasc também realiza o controle do trânsito de animais e o cadastro de rebanhos. Em 2022, foram registradas mais de 1.391.739 Guias de Trânsito Animal - no sistema informatizado disponibilizado pela Cidasc para transporte de animais de produção, produtos e subprodutos de origem animal. Ainda, 1.324.385 brincos de identificação individual para rastreabilidade de bovinos e bubalinos foram fornecidos.

Em novembro de 2022 foi realizado o Exercício Simulado de Emergência Zoossanitária para Peste Suína Africana, promovido pela Cidasc e pelo Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, com apoio do Icasa, do Sindicarne e da prefeitura municipal de Presidente Getúlio, das Polícias Militar e Civil e da Defesa Civil de Santa Catarina, entre outros. O exercício envolveu mais de 219 profissionais do setor público: federal, estadual, distrital e municipal, do setor privado, de países vizinhos, centros de pesquisa e organismos regionais e internacionais, demonstrando, na prática, como devemos proceder para conter e erradicar focos de PSA, no menor tempo e área possível, minimizando os impactos dessa doença. O exercício permitiu que fossem praticados os procedimentos técnicos, como a vigilância e investigação clínica e epidemiológica, biossegurança, colheita e envio de amostras para diagnóstico laboratorial, eliminação de focos, limpeza e desinfecção de instalações e controle e inspeção do trânsito de veículos na região, assim como o uso de softwares para coleta e processamento de dados e gestão da informação.

### **7.5 Educação Sanitária**

A Cidasc desenvolve um trabalho de construção e apropriação de conhecimentos, por parte dos participantes das diversas etapas das cadeias produtivas associadas às atividades agropecuárias e pela população em geral, relacionados com a saúde animal, sanidade vegetal e qualidade dos produtos, subprodutos e insumos agropecuários, através de: Educação com escolares, universitários e produtores rurais; Diagnóstico Educativo; Projetos educativos específicos.

É uma atividade estratégica e instrumento da defesa agropecuária que visa garantir o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva e da sociedade em geral. Essa política é realizada diariamente por meio de orientações a produtores e à sociedade em geral, de cursos ofertados gratuitamente e das ações do programa “Sanitarista Júnior”, que atende alunos do ensino fundamental da rede pública, e do recém lançado “Sanitarista Acadêmico”, que foca em alunos de cursos da graduação voltados ao agronegócio. O “Sanitarista Acadêmico” é um programa inovador que tem por objetivo conectar a defesa agropecuária com as organizações de ensino técnico e superior. As instituições de ensino têm papel fundamental na formação de futuros profissionais, agentes influenciadores do “Agro”, para que esses reconheçam como de seu interesse a preservação da saúde animal e sanidade vegetal, e sua



relação com o bem-estar global, e assim, conscientemente, se disponham a conhecer, aceitar, praticar e fomentar as ações de defesa agropecuária, estando capacitados a ingressar em um amplo mercado de trabalho, cada vez mais exigente.

A Educação Sanitária em Defesa Agropecuária executada pela Cidasc em 2022 esteve presente em 84 escolas catarinenses, em 44 municípios formando 84 professores e 2.220 crianças como Sanitaristas Juniores.

## 8. DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração da Diretoria e dos Conselheiros de Administração são estipulados e tabelados pelo Governo do Estado, conforme legislação vigente, portanto, não seguem critérios desenvolvidos pela empresa.

A remuneração paga aos administradores, nos últimos exercícios, está representada nas tabelas a seguir:

### Exercício 2022

Cargo	Remuneração/Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
<b>Diretoria:</b>	<b>911.482,46</b>				<b>499.380,32</b>
Presidente	182.922,27	-	-	-	91.270,08
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	159.591,37	-	-	-	82.999,00
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	261.097,91	-	-	-	155.762,55
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	146.939,11	-	-	-	75.694,94
Diretor (a) Institucional	160.931,80	-	-	-	93.653,75
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>35.280,00</b>				<b>33.986,40</b>
Conselheiro (a)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (b)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (c)	11.760,00	-	-	-	10.466,40
<b>Total</b>	<b>946.762,46</b>				<b>533.366,72</b>



## Exercício 2021

Cargo	Remuneração/Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
<b>Diretoria:</b>	<b>722.950,10</b>	-	-	-	<b>419.581,51</b>
Presidente	177.541,253	-	-	-	184.192,16
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	138.420,17	-	-	-	100.503,85
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	196.089,14	-	-	-	126.766,33
Diretor (a) de Planejamento e Inovação	71.848,54	-	-	-	36.356,45
Diretor (a) Institucional	139.051,00	-	-	-	75.928,71
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>35.280,00</b>				<b>33.986,40</b>
Conselheiro (a)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (b)	11.760,00	-	-	-	11.760,00
Conselheiro (c)	11.760,00	-	-	-	10.466,40
<b>Total</b>	<b>758.230,10</b>				<b>453.567,91</b>

## Exercício 2020

Cargo	Remuneração/Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
<b>Diretoria:</b>	<b>778.841,61</b>	-	-	-	<b>509.279,42</b>
Presidente	295.359,83	-	-	-	184.192,16
Diretor (a) Administrativo e Financeiro	147.903,45	-	-	-	100.503,85
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	191.835,23	-	-	-	126.766,33
Diretor (a) de Comercialização	7.573,33	-	-	-	6.398,93
Diretor (a) Institucional	136.169,77	-	-	-	91.418,15
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>35.280,00</b>	-	-	-	<b>33.339,60</b>



Conselheiro (a) (jan-jun)	5.880,00	-	-	-	5.233,20
Conselheiro (a) (jan-jun)	5.880,00	-	-	-	5.880,00
Conselheiro (a)	11.760,00				10.466,40
Conselheiro (a) (jul - dez)	5.880,00				5.880,00
Conselheiro (a) (jul - dez)	5.880,00	-	-	-	5.880,00
<b>Total</b>	<b>814.121,61</b>				<b>542.619,02</b>

## Exercício 2019

Cargo	Remuneração /Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
<b>Diretoria:</b>	<b>701.706,20</b>	-	-	-	<b>701.706,20</b>
Presidente (jan-mar)	30.159,34	-	-	-	-
Presidente (mar-dez)	244.024,08	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jan-mar)	29.400,00	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jun-dez)	76.344,02				
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	169.734,53	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização	37.022,22	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional	135.022,20	-	-	-	-
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>49.980,00</b>	-	-	-	<b>42.763,20</b>
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	14.254,40
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	14.254,40
Conselheiro (a)	16.660,00	-	-	-	14.254,40
<b>Total</b>	<b>751.686,20</b>				<b>743.960,60</b>

## Exercício 2018

Cargo	Remuneração /Jeton	Bônus	Participação no Lucro	Outros	Despesa Total Anual
-------	--------------------	-------	-----------------------	--------	---------------------



<b>Diretoria:</b>	<b>610.682,79</b>	-	-	-	<b>610.682,79</b>
Presidente (jan-abr)	37.925,01	-	-	-	-
Presidente (abr-dez)	105.018,33				
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (jan-abr)	45.894,93	-	-	-	-
Diretor (a) Administrativo e Financeiro (abr-dez)	79.777,63				
Diretor (a) de Defesa Agropecuária	170.053,55	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jan-abr)	33.483,34	-	-	-	-
Diretor (a) de Comercialização (jun-abr)	20.930,00	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional (jan)	1.960,00	-	-	-	-
Diretor (a) Institucional (jan-dez)	115.640,00				
<b>Conselho Fiscal:</b>	<b>18.620,00</b>	-	-	-	<b>18.620,00</b>
Conselheiro (a)	4.200,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	6.440,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.100,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.940,00	-	-	-	-
Conselheiro (a)	2.940,00				
<b>Total</b>	<b>629.302,79</b>				<b>629.302,79</b>

NOTAS: Remuneração: Valor fixado em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

Bônus: Benefícios de qualquer natureza definidos em Assembleia Geral dos acionistas, para ser pago aos administradores e integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal (Art. 152 da Lei 6.404/1976).

Participação no Lucro: Eventuais valores de participação nos lucros fixados em decorrência de previsão estatutária, destinado aos administradores, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do art 152 e no 190 da Lei 6.404/1976)."Art. 152. A assembleia-geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. § 1º O estatuto da companhia que fixar o dividendo obrigatório em 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do lucro líquido, pode atribuir aos administradores participação no lucro da companhia, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 0,1 (um décimo) dos lucros (artigo 190), prevalecendo o



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
**COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**  
PRESIDÊNCIA



limite que for menor. § 2º Os administradores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório, de que trata o artigo 202."  
Outros: Demais pagamentos destinados a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, não enquadrados nos itens anteriores.  
Despesa líquida Anual: Totalização do valor anual pago a administradores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, (deduzido eventuais descontos e tributos retidos).